

Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

Polícia Civil cumpre mandado de prisão contra homem acusado de abuso sexual de filha menor em Mato Grosso

Investigação revelou abuso reiterado; suspeito foi preso em Peixoto de Azevedo após descumprir medidas cautelares

A Polícia Civil de Mato Grosso executou mandado de prisão preventiva contra um homem de 32 anos, investigado por crimes sexuais contra sua filha de 10 anos. A ação foi realizada na quinta-feira (29) pela equipe da Delegacia de Garantã do Norte, com o suspeito sendo localizado e capturado na cidade de Peixoto de Azevedo.

O indivíduo enfrentava acusação formal de estupro de vulnerável, crime ocorrido na região de Garantã do Norte. O mandado de prisão foi expedido pelo Poder Judiciário após a investigação reunir provas consistentes contra o acusado.

Os trabalhos investigativos iniciaram no último domingo (25), quando policiais da delegacia foram acionados sobre o caso. Conforme relatos, o suspeito foi descoberto em flagrante dentro do quarto da vítima, praticando abuso sexual contra a criança.

Inicialmente detido pelos agentes, o investigado foi liberado sob regime de liberdade condicional, com a imposição de medidas cautelares que incluíam proibição de contato com a menor. Contudo, logo após ser solto, desrespeitou as determinações legais ao enviar mensagens à filha através de plataforma de rede social.

Durante o aprofundamento das investigações, a criança foi ouvida pela polícia e revelou que vinha sendo vítima de abuso de forma contínua e reiterada pelo genitor. A menor relatou que o pai aproveitava ocasiões em que ambos ficavam sozinhos na residência para cometer os atos criminosos.

Diante das novas evidências coletadas, a autoridade judicial deferiu o pedido de prisão preventiva contra o investigado. Após tomar ciência da ordem judicial, os policiais civis intensificaram as buscas e conseguiram localizar e prender o suspeito na região de Peixoto de Azevedo.

Com a prisão efetivada, o acusado foi encaminhado à unidade policial para os procedimentos administrativos obrigatórios e subsequentemente colocado sob custódia do sistema de justiça.